

Indústria extrativa ainda é uma miragem para as comunidades e Jornalistas

Texto de Delfim Anacleto -(Pemba)



Em Moçambique, têm-se assistido nos últimos anos a descoberta de enormes quantidades de recursos naturais e a consequente concessão de áreas mineiras às empresas multinacionais para a exploração de gás, areias pesadas e pedras preciosas.

Entretanto, os planos de exploração, reassentamento, compensação das comunidades abrangidas, os relatórios de gestão ambiental entre outras, são informações que os jornalistas da região norte do país consideram pouco acessíveis, assim como para as comunidades.

Esta classe profissional, entende que essas barreiras no acesso à informação que qualificam de censura, dificultam o exercício do seu trabalho.

Licínia Atanásio, jornalista baseada na cidade de Nampula enumera as dificuldades do que passa no terreno.

“É muito difícil e quase impossível fazer a cobertura jornalística na área de mineração em Moçambique. O acesso à informação é vedado, às áreas de mineração é muito mais vedada. Dai que muitos jornalistas que vão fazer esta cobertura têm de ter algum punho político, o que torna impossível cobrir imparcialmente a extracção mineira”. O fenómeno de secretismo na indústria extractiva não é novo. Tomás Vieira Mário - Director executivo do SEKELEKANI, uma Organização da Sociedade Civil que opera na área de Estudos e Pesquisa de Comunicação cita alguns exemplos.

“Nos primeiros anos em que o nosso país recebeu grandes investimentos nos chamados megaprojectos, foi o caso da Mozal, SASOL, no sul de Moçambique, os contratos eram secretos. Dizia-se que os contratos não podiam ser revelados a sociedade. Nasceu esta indústria

no meio de uma prática de secretismo sobre os contratos que o governo tinha com as empresas. E esse secretismo é uma espécie de cultura na nossa governação e muitas as vezes as empresas ficam contaminadas pelo secretismo do nosso Estado”.

Não são apenas os jornalistas que têm dificuldade de aceder a informação sobre a exploração mineira. O fosso de comunicação é também notável entre os investidores e as comunidades locais e até mesmo entre o Estado e as comunidades.

“O acesso à informação por parte das comunidades locais é uma questão chave, sobretudo nas consultas públicas. As comunidades são consultadas por empresas que vêm com especialistas que dominam as matérias alvo das consultas enquanto as comunidades locais não tem preparação prévia para perceberem quais são seus direitos e

como articular perante quem as consultas” anotou Tomás Vieira Mário.

Por isso, o SEKELEKANI promoveu no mês passado uma formação a jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social, das províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, no norte e Zambézia, no centro de Moçambique, em matérias de Direito à Informação na indústria extrativa.

O treinamento visava igualmente proporcionar aos jornalistas a capacidade de análise de projetos de indústria extrativa, dotar de habilidades de coordenação de projectos de reportagem sobre a mineração e ensinar a elaborar instrumentos de monitoria do setor extrativo.

Os jornalistas beneficiários acreditam que com o treinamento irão contornar as barreiras que têm encerrado no acesso a informação no seu dia-a-dia, através de uso da legislação do sector e de fontes alternativas de informação.

Gelácio Rapieque: “Estas empresas têm como propósito ganhar lucro e esse dinheiro também entra nas contas do Estado e falar de assuntos que mexem com a sensibilidade do Estado não é fácil e nós vamos enfrentar essas dificuldades. Este encontro vem exatamente para dar-nos essa coragem, esses caminhos para que agente saiba como contornar esses fatos”.

“É uma questão muito sensível, de dar informação adequada e atempada, mas muito bem explicada à população para perceber até as fases da indústria, os benefícios e quando estes vão chegar. Do outro modo, criam-se promessas muito altas a população e ela fica impaciente e pode entender que está ficando excluída, quando na verdade está ficando mal informada”.

Licinia Atanásio, jornalista baseada na cidade de Nampula enumera as dificuldades do que passa no terreno. çambique, os contratos eram secretos. Dizia-se que os contratos não podiam ser revelados a sociedade. Nasceu esta indústria das consultas enquanto as comunidades locais não tem preparação prévia para perceberem quais são seus direitos e população e ela fica impaciente e pode entender que está ficando excluída, quando na verdade está ficando mal informada”.
